



EDITORIAL

Discernir a história em suas revoluções: de Leão XIII a Leão XIV

“As revoluções são as locomotivas da história” (Karl Marx).

Élio Estanislau Gasda *

Moisés Nonato Quintela Ponte **

No início de seu pontificado, ao escolher para si o nome de Leão, o cardeal Robert Prevost colocou a Igreja diante de uma pergunta decisiva: que significa anunciar o Evangelho em um contexto de mudança de época (MH, n. 3; 6)? Seu intuito não foi apenas o de prestar homenagem a Leão XIII, mas o de afrontar, como o fez seu predecessor, as *“res novae do nosso tempo”* (MH, n. 4).

Se, no final do século XIX, as questões sociais interpelaram a consciência cristã diante do fascínio e dos riscos da Revolução Industrial, hoje novas questões (*res novae*) sociais e humanas emergem no interior do que o Papa Francisco – dirigindo-se à cúpula do G7, em 2024 – chamou de “revolução cognitivo-industrial”. “Revolução” que fascina pelas possibilidades de democratização do conhecimento, de avanço científico e de alívio de trabalhos exaustivos, ao mesmo tempo que aterroriza pelas ameaças que faz antever: “maior injustiça entre nações desenvolvidas e nações em vias de desenvolvimento, entre classes sociais dominantes e classes sociais oprimidas, colocando em perigo a possibilidade de uma

* Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

** Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

‘cultura do encontro’ em favor de uma ‘cultura do descarte’” (Francisco, 2024, não paginado).

É nesse horizonte que Leão XIV reconhece a necessidade de acrescentar sua voz à “tradição viva” da Doutrina Social da Igreja. “Invocando a ajuda do Espírito de sabedoria, que habita no mundo desde os seus primórdios” (MH, n. 3), ele segue o legado de seus predecessores, tão atual hoje quanto no alvorecer da “era das revoluções” (Hobsbawm, 2010): o de discernir a história “à luz do Evangelho e da experiência humana” (GS, n. 46).

Revoluções são marcos temporais. São eventos históricos que expressam rupturas profundas nos campos científico-tecnológico, econômico-político e cultural. São provocadas por uma confluência de mudanças intelectuais, sociais, tecnológicas, institucionais, novos métodos e novas teorias sobre a natureza, sobre o universo, sobre o ser humano, sobre a política e a economia. Não há revoluções sem revolucionários.

A modernidade é uma soma de revoluções. *Revolução* (*revolutio/revolvere: completar voltas*), termo originário da astronomia, irrompe nas ciências naturais com o texto *De revolutionibus orbium coelestium*, do astrônomo Nicolau Copernico (1473-1543). Publicado em 1543, designava o movimento regular dos planetas. A Terra, além de girar em torno do seu próprio eixo, também gira em torno do Sol. O Heliocentrismo, assumido por Galileu Galilei (1564-1642), revolucionou a ciência ampliando enormemente o conhecimento do universo. Em *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, publicada em 1687, Isaac Newton (1643-1727) apresenta as leis do movimento e da gravidade. Em 1859, *The origin of Species*, de Charles Darwin (1809-1882), revolucionou o conhecimento sobre a vida na terra e a história do gênero humano. A ruptura com a “tradição” escolástica se dá a partir de deslocamentos teóricos que se articulam através da valorização da razão e da autonomia de saberes. O início dessa revolução está assinalado em René Descartes (*Discours de la méthode*, 1637). Essas grandes mudanças alteraram a compreensão do ser humano e do cosmos, constituindo verdadeiras revoluções culturais e científicas.

Hoje, essa ampliação continua por meio das descobertas sobre a evolução humana, a pré-história, a diversidade das formas de vida e a imensidão do cosmos revelada pela astronomia contemporânea, fatores que também interpelam a teologia em sua compreensão da criação, da história e do lugar do ser humano no universo.

Revolução, em sentido político, se refere aos acontecimentos desencadeados na Inglaterra na chamada Revolução Gloriosa de 1688 que depôs o rei absolutista católico Jaime II. Luís XVI, ao ser noticiado pelo duque

de La Rochefoucauld-Liancourt sobre a queda da Bastilha em 14 de julho de 1789, perguntou: “é uma revolta?”. Recebeu como resposta: “Não, majestade, é uma revolução”. O evento ilustra o momento em que o conceito é adotado no sentido moderno. Revolução como mudança política, como foram a Revolução Americana (1776-1781), Revolução Francesa (1789-1799), Revolução Haitiana (1791-1804) e, no início do Século XX, a Revolução Russa (1917).

Para o historiador Reinhart Koselleck (2006, p. 66), o conceito seria um produto linguístico da modernidade. “Tornou-se comum distinguir entre uma revolução cósmica, científica, política, uma revolução técnica e industrial” (Koselleck, 2006, p. 62). Uma nova ordem econômica (economia do capitalismo), uma nova ordem social (secularização, direitos do homem e do cidadão), nova ordem política (Estado Democrático de Direito). Uma nova utopia: desenvolvimento técnico-científico-econômico em nome do progresso.

Toda autêntica revolução tem pretensão de universalidade e de permanência até que seus objetivos sejam cumpridos, portanto, naturalmente obrigada a se reproduzir (Koselleck, 2006, p. 72). Neste sentido, é categoria meta-histórica que não apenas determina os rumos da sociedade, mas acelera as mudanças necessárias para a consecução (Koselleck, 2006, p. 69). Norteia a história. Ao mesmo tempo que é preciso terminar a revolução se abre a possibilidade da revolução permanente. Uma autêntica revolução, além de mudar o mundo, muda o tempo. Eventos que ocorrem nas revoluções, em “tempos normais” levariam décadas para acontecer. Revolução passou a descrever uma ruptura com o passado em nome do futuro. Para Hannah Arendt, apenas onde existe um *páthos* da novidade ligada à liberdade é que podemos falar em revoluções (Arendt, 2011, p. 62-63).

Esses aspectos caracterizam a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Industrial Inglesa (Século XIX). *A era das revoluções consolida-se nesta dupla revolução* (Hobsbawm, 2010). A coincidência e a interdependência entre elas determinaram os rumos da história.

A Revolução Francesa tornou-se paradigma de mudança sociopolítica e cultural. Nela confluem os ideais do iluminismo. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e o lema: Liberdade, igualdade e fraternidade são ilustrativas. Há um “antes” e um “depois” na história do Ocidente após o processo revolucionário francês (Koselleck, 2006, p. 71).

A Revolução Industrial é a síntese de um longo processo de transformação de paradigma econômico da economia protagonizado por um sistema orientado pela busca da acumulação de riqueza material. É consequência

de uma *grande Transformação* (Polanyi, 2000) marcada pela mecanização da indústria, pelo uso da energia a vapor e pelo carvão.

O capitalismo revolucionou não apenas a economia. A sociedade se converteu em *sociedade de mercado*, em que tudo tem seu preço e está sujeito à lei da oferta e da demanda. Tudo é reduzido à mercadoria: o trabalho, a terra e o dinheiro (Polanyi, 2000, p. 126). A natureza se torna fonte de recursos à disposição do capital. O tripé trabalho–capital–técnica rompe as resistências da natureza alterando os processos biofísicos do Planeta. A expansão do capitalismo industrial baseado na utilização de combustíveis fósseis inaugura o colapso climático.

A crise ecológica pode ser compreendida, nesse horizonte, como uma verdadeira revolução de paradigma (LS, n. 106): ela exige superar a relação predatória com a natureza e repensar o antropocentrismo moderno (LS, n. 115-121) em favor de uma nova correlação entre ser humano, criação e cosmos, convergindo em uma verdadeira ecologia integral (LS, n. 137-162).

A modernidade trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho que resultou na transformação efetiva de toda a sociedade. O trabalho é o princípio explicativo do acontecer histórico da formação das sociedades (Karl Marx), é o meio principal de acesso à propriedade privada (John Locke) e origem da riqueza das nações (Adam Smith). A economia do capitalismo o converte em mercadoria. A reorganização de todo sistema de produção exigirá um êxodo rural sem precedentes de populações semianalfabetas e empobrecidas que foram empurrados para dentro das fábricas para servir de mão de obra superexplorada e reduzidas à condição de sub-humanidade. Desde então, os pobres e o mundo do trabalho estão interconectados.

A compreensão do trabalho humano e da natureza como mercadoria foi aplicada de forma radical durante a invasão e colonização das Américas e da África provocando o genocídio e escravização de populações indígenas e africanas. O tráfico transatlântico de africanos escravizados, um dos negócios mais lucrativos do mundo, foi o crime mais grave contra a humanidade (ONU). Em 1888, Leão XIII condenará de forma absoluta e universal a escravatura (*In plurimis*). Leão XIV, em nome da Igreja, pede sinceramente perdão por tê-la tolerado por tanto tempo e renovou sua condenação de todas as expressões de escravatura, tráfico e mercantilização de pessoas (MH, n. 176).

Essa *era das revoluções* é o cenário do pontificado de Leão XIII (1878-1903). Leão XIII publicou mais de 20 documentos sobre as questões políticas e sociais emergentes da modernidade, como por exemplo: *Quod apostolici muneris* (1878), *Grande est la joie* (1887), *Il a deux ans* (1889),

In plurimis (1888), *Diuturnum illud* (1881), *Immortale Dei* (1885), *Libertas* (1888), *Sapientiae christianae* (1890), *Au milieu des sollicitudes* (1892) *Graves de communi re* (1901).

Mas o mundo do trabalho é a “questão social” que origina a Doutrina Social da Igreja. A *questão dos operários* foi o estopim da Encíclica *Rerum novarum*, assinada por Leão XIII em 1891. A doutrina social se mostra como uma *teologia da comunhão na história* (MH, n. 27). Leão XIII entendeu que as questões estruturais, culturais, socioeconômicas e políticas estão concentradas no trabalho. A desumanização da classe que vive do seu trabalho é a dimensão mais selvagem da revolução industrial:

A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (RN, n. 1).

Leão XIII, em plena revolução industrial, foi também revolucionário ao proclamar a primazia do trabalho e do salário justo sobre o capital, a incentivar os sindicatos, a defender direitos trabalhistas como a previdência social, aposentadoria, emprego digno, seguro-desemprego e o descanso. *Rerum novarum* incentivou os católicos a se envolver com as questões sociais e a interessar-se pelas ciências econômicas e sociais, orientando o clero a comprometer-se com o mundo do trabalho. No conflito entre trabalho e capital, a Igreja se coloca ao lado dos pobres e trabalhadores.

A atualidade da *Rerum novarum* torna-se ainda mais evidente quando se considera a crise contemporânea das mediações sociais: o enfraquecimento dos sindicatos, do associativismo e dos movimentos populares dificulta a defesa coletiva dos trabalhadores justamente quando novas formas de precarização e exploração se intensificam.

O capitalismo é um sistema caracterizado pelo permanente progresso tecnológico. Tal como houve uma revolução industrial, temos uma revolução digital que está produzindo mudanças impactantes na sociedade. O pontificado de Leão XIV se dá no contexto da “quarta revolução industrial” (MH, n. 151). A Segunda Revolução Industrial ocorrida na transição do século XIX ao século XX foi protagonizada pela eletricidade, indústria química, automóvel, avião, telefone, uso intensivo do aço e do petróleo. A Terceira Revolução Industrial ficou conhecida como *era do conhecimento e da informação* (Castells, 1999) marcada pela reestruturação produtiva e

investimentos em Novas Tecnologias da Informação e robótica. Na Quarta Revolução Industrial, ou Indústria 4.0, as revoluções são simultâneas e aceleradas, apoiadas em infraestrutura digital: nanotecnologia, neurotecnologia, biotecnologia, robótica, biomedicina, indústria farmacêutica, sistema financeiro, educação e economia, Internet das coisas, 5G, *big data*, empresas-plataforma, uberismo etc.

A IA é a maior transformação desde a Segunda Guerra Mundial. Seria, de fato uma ameaça à humanidade? “Rápida e profundamente, a digitalização, a inteligência artificial (IA) e a robótica estão transformando o nosso mundo” (MH, n. 4). Efetivamente, há uma aceleração nunca vista das desigualdades socioeconômicas, da emergência climática, das migrações, da escassez de recursos naturais, das guerras e da instabilidade política. O dinamismo de acumulação material, a destruição da natureza, desumanização do trabalho e desigualdade social alcançaram seu auge.

A revolução da inteligência artificial, portanto, não ocorre isoladamente: articula-se à crise de sentido, às mutações da subjetividade e às novas dinâmicas de um capitalismo global cada vez mais predatório. Esta versão mais agressiva do capital impõe uma concentração de poder e riqueza inédita na história. Os homens mais ricos do mundo querem decidir os destinos da humanidade.

O paradigma tecnocrático neoliberal tem-se expandido *rapidamente* nos últimos anos (MH, n. 93) levando a uma mudança de época, ou até mesmo de civilização. Leão XIV identifica alguns sinais:

Transumanismo e pós-humanismo como pressupostos culturais e ideológicos representam o projeto de ultrapassar os limites da condição humana, aumentar seu desempenho e capacidades, na esperança de que em futuro próximo a humanidade se superará a si própria e ingresse em novo estágio de evolução (MH, n. 115-116). Os humanos seria um capítulo preliminar; as máquinas são o clímax.

Na Quarta Revolução Industrial, a grande questão continua sendo o trabalho. Não por acaso, 33 parágrafos da *Magnifica Humanitas* são dedicados ao tema (MH, n. 148-181). O trabalho não está desaparecendo, mas em via de transformação pelas inovações tecnológicas. “O mercado do trabalho é uma das áreas na qual, com maior evidência, se manifestam os riscos das novas tecnologias” (MH, n. 157). Fator humano substituído por algoritmos, IA, Internet, robôs. A pessoa humana tornou-se apêndice da máquina. Essa subordinação às tecnologias digitais reproduz a desumanização iniciada na Revolução Industrial. Assim como Leão XIII, também Leão XIV prioriza a defesa da dignidade do trabalho humano (MH, n. 149).

O controle social possibilitado pela coleta massiva de dados e pela utilização de sistemas algorítmicos (MH, n. 171), provocado pela menta-

lidade tecnocrática e pós-humanista, tende a considerar a pessoa como um objeto manipulável ou um recurso a otimizar. Essa ameaça traduz-se em diversas formas de servidão ligadas à economia digital (MH, n. 172-173). Entre elas, destaca-se o trabalho invisível e brutal de milhões de seres humanos na extração dos recursos necessários à produção dos dispositivos que servem de suporte à IA (MH, n. 174). Diante de tal desumanização, a Igreja renova sua firme condenação de todas as expressões de escravidão, tráfico e mercantilização de pessoas (MH, n. 175). O colonialismo da era digital não domina apenas os corpos, mas apropria-se dos dados, transformando as vidas pessoais em informações exploradas pelo capital.

No âmbito da guerra, essa lógica desumanizante manifesta-se de modo ainda mais dramático. A guerra tornou-se o negócio mais lucrativo na era da inteligência artificial: “Um elemento decisivo do panorama atual é o crescimento da indústria bélica, que se tornou um setor-chave na economia de alguns países” (MH, n. 193). A IA é um fator de aceleração dos ataques cibernéticos, da manipulação da informação, das campanhas de influência e da automatização de decisões estratégicas (MH, n. 183). O horror foi naturalizado. Quem faz a guerra esquece a humanidade.

O que a Igreja tem a dizer em tempos de revolução? Era Jesus um revolucionário? O cristianismo é revolucionário? A Igreja existe em função do anúncio do Reino de Deus. Sua palavra brota da memória subversiva de um Deus Crucificado. O Cristianismo não é uma sociedade à parte. Cada geração tem os seus desafios. A Igreja está desafiada a encontrar seu lugar em contextos históricos em constante mudança. Este número da PT é um convite à participação nas grandes transformações históricas da atualidade. Porque é preciso defender a dignidade humana sempre, em todo tempo e lugar. Diante das revoluções, inspirando-se na *Mulher do Magnificat*, a Igreja é desafiada

a adotar uma perspectiva diferente, a fim de observar o mundo a partir de baixo, com os olhos de quem sofre, e não com a ótica dos grandes; considerar a história sob o prisma dos pequenos, e não com o dos poderosos; interpretar os acontecimentos da história a partir do ponto de vista da viúva, do órfão, do estrangeiro, da criança ferida, do exilado, do fugitivo (MH, n. 244).

Nesse horizonte, pode-se perguntar se não é preciso pensar uma teologia das revoluções ou uma teologia da história capaz de discernir, em cada mudança de época, tanto as promessas de humanização quanto as novas formas de desumanização. Dois pontificados separados por mais de um século unidos pela defesa da dignidade da pessoa humana.

Nenhuma revolução deveria mudar a identidade e a missão da Igreja. Como recorda o filósofo cristão Étienne Gilson, “a missão da Igreja não é a de manter o mundo tal como é, mesmo que ele tenha se

tornado cristão, mas de conservá-lo cristão de tal modo que ele jamais cesse de se tornar outro” (*apud* Suhard, 1947, p. 64). É fundamental que ela mantenha sua vocação profética e crítica, fiel à “verdadeira paz que nasce da justiça” (MH, n. 215), sem jamais cansar de buscá-la. É essencial recordar o quanto a humanidade é magnífica. O futuro não está determinado pela tecnologia, mas pelas escolhas humanas. A pergunta decisiva, portanto, não é a que se alarma de modo fatalista: o que será de nós? Mas aquela esperançosa que discerne: que tipo de humanidade queremos ser?

Siglas

- IA = Inteligência Artificial
- GS = Constituição Pastoral *Gaudium et spes*
- MH = Carta Encíclica *Magnifica humanitas*
- ONU = Organização das Nações Unidas
- PT = Perspectiva Teológica
- RN = Carta Encíclica *Rerum novarum*

Referências

- ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1).
- CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et spes*. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. 2ed. São Paulo: Paulus, 1997.
- HOBSBAWM, Erik. *A era das revoluções. 1789-1848*. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FRANCISCO, Papa. *Discurso aos participantes do IV Encontro Mundial dos movimentos populares*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2020.
- FRANCISCO, Papa. *Discurso na sessão do G7 sobre Inteligência Artificial*. Borgo Egnazia, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2024/june/documents/20240614-g7-intelligenza-artificiale.html>. Acesso em: 4 ago. 2026.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum novarum*. Sobre a questão dos operários. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1891.

LEÃO XIV. *Carta Encíclica Magnifica Humanitas*: Sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2026.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012. il. (Coleção Marx-Engels). E-book.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação* - as origens de nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SUHARD, Emmanuel Célestin. *Essor ou déclin de l'Église*: lettre pastorale. Paris, Lahure, 1947.

Editorial submetido em 31.08.2026 e aprovado em 03.09.2026.

Élio Estanislau Gasda SJ é Doutor em Teologia pela *Universidad Pontificia Comillas*, Madrid (2010). Professor Titular da área de Ética Teológica e Práxis Cristã, no Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte – MG. Orcid.org/0000-0002-0397-1983. E-mail: elio.gasda@faje.asav.org.br

Endereço: Roberto Lúcio Aroeira, 318 – Itapoã
31.710-570 Belo Horizonte – Minas Gerais

Moisés Nonato Quintela Ponte SJ é Doutor em Teologia Moral pela *Accademia Alfonsiana*, da *Pontificia Università Lateranense*, Roma (2024). Professor Assistente da área de Ética Teológica e Práxis Cristã, no Departamento de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, em Belo Horizonte – MG. Orcid.org/0000-0002-5182-8196. E-mail: mponte@faje.asav.org.br

Endereço: Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto
31.720-300 Belo Horizonte – Minas Gerais

